

WESSELS, Bob,

“The European Union Insolvency Regulation: An overview with trans-atlantic elaborations”, in *2003 Norton Annual Survey of Bankruptcy Law*, pp.481 ss. Disponível em: <http://www.iiiiglobal.org/component/jdownloads/viewdownload/39/378.html>.

“The Place of the Registered Office of a Company: a Cornerstone in the Application of the EC Insolvency Regulation”, *European Company Law*, vol. 3, n.º 4, agosto de 2006, pp. 183 ss.

“EU Insolvency Regulation and its impact on European Business”, *CESifo DICE Report 1/2006*. Disponível em: <http://www.ifo.de/portal/pls/portal/docs/1/1193244.PDF>.

WILLIAMS, Rebecca, Comentário ao Acórdão de 12 de dezembro de 2006, *Test Claimants in the FII Group Litigation contra Commissioners of Inland Revenue*, Proc. C-446/04, *Common Market Law Review*, vol. 47, 2010, pp. 555 ss.

WIMPISSINGER, Christian, “Preventing Withholding Taxation: ECJ Determines the Character of Tax Refunds”, *Tax Notes International*, vol. 60, n.º 4, 25 de Outubro de 2010, pp. 269 ss.

WITTE, Bruno de,

“Retour à «Costa». La primauté du droit communautaire à la lumière du droit international”, *Revue Trimestrielle de Droit Européen*, n.º 3, Julho-Setembro de 1984, pp. 425 ss.

“Direct Effect, Supremacy, and the Nature of the Legal Order”, in *The Evolution of EU Law*, Paul Craig, Gráinne de Búrca (ed.), Reino Unido, Oxford University Press, 1999, pp. 177 ss.

ZALASINSKI, Adam, “Case-Law-Based Anti-Avoidance Measures in Conflict with the Proportionality Test – Comment on the ECJ decision in Kofoed”, *European Taxation*, n.º 12, 2007, pp. 571 ss.

ZIMMER, Frederik, “Withholding taxes”. Disponível em: www.eatlp.org/uploads/public/Withholding%20Tax1.doc

ÍNDICE

Prefácio	5
Introdução e metodologia adotada	9

PARTE I

Interpretação autónoma, pluralismo jurídico e conceitos de direito europeu

CAPÍTULO 1 – A interpretação autónoma dos conceitos de direito europeu.	25
1.1. Introdução	25
1.2. A interpretação autónoma (dos conceitos) do direito europeu	26
1.3. Contextos de aplicação da interpretação autónoma do direito europeu	81
1.4. Conclusões.	92
CAPÍTULO 2 – Pluralismo jurídico e conceitos de direito europeu	95
2.1. Introdução	95
2.2. O desenvolvimento do pluralismo jurídico na UE e a sua relação com os conceitos de direito europeu	96
2.3. Vantagens da utilização dos conceitos de direito europeu. . . .	108
2.4. Contextos de aplicação dos conceitos de direito europeu. . . .	120
2.5. Conclusões.	124

PARTE II

**Análise de conceitos de direito europeu
em matéria societária e fiscal**

Introdução	129
 CAPÍTULO 1 – O conceito europeu de centro dos interesses principais do devedor no Regulamento relativo aos processos de insolvência	137
1.1. Introdução	137
1.2. O conceito de centro dos interesses principais do devedor . . .	140
1.3. Momento de determinação do centro dos interesses principais do devedor	163
 CAPÍTULO 2 – O conceito europeu de razões económicas válidas na Diretiva fusões	167
2.1. Introdução	167
2.1.1. As fusões societárias no contexto do direito europeu . . .	167
2.1.2. Introdução ao conceito europeu de razões económicas válidas	179
2.2. O conceito europeu de razões económicas válidas.	181
2.3. Âmbito de aplicação do conceito europeu	210
 CAPÍTULO 3 – O conceito europeu de retenção na fonte e distribuição de dividendos na Diretiva sociedades-mãe e afiliadas de diferentes Estados-Membros	217
3.1. Introdução	217
3.2. O conceito europeu de retenção na fonte e distribuição de dividendos	219
3.3. Âmbito de aplicação do conceito europeu	241
 Conclusões finais	255
 Bibliografia	271